

RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.411 - MT (2019/0180374-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **AKATUS MEIOS DE PAGAMENTO LTDA**
ADVOGADOS : **SUSETTE GOMES - SP163760**
: **RODOLFO MURARO FEITOZA - SP299732**
: **MIRELLE LATTARO VEGETTE - SP272172**
: **ROBERTO DE FARIA MIRANDA - SP249111A**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**
INTERES. : **NEON DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA**
ADVOGADO : **DANIELE THOMAZI MAIA - SP343269**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, interposto contra acórdão proferido pelo TJMT assim ementado (e-STJ fls. 574/575):

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DANO AO CONSUMIDOR – VENDA PELA INTERNET – NÃO ENTREGA DO PRODUTO – INTERVENÇÃO DE TERCEIRO – VEDAÇÃO CONTIDA NO ART. 88 DO CDC – APLICAÇÃO RESTRITA À DENÚNCIAÇÃO DA LIDE - CHAMAMENTO AO PROCESSO – POSSIBILIDADE - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO GESTOR DO PAGAMENTO – INTEGRANTE DA CADEIA DE CONSUMO – RECURSO DESPROVIDO – DECISÃO MANTIDA.

1. A vedação legal trazida pelo artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor aplica-se apenas a intervenção de terceiro modalidade “denúnciação da lide”, tendo sido pensada pelo legislador como forma de beneficiar o consumidor, devendo ser invocada no interesse do consumidor e não pelo “denunciado”, como forma de se eximir da sua responsabilidade.

2. Há responsabilidade solidária entre o site de Gestão de pagamentos e a Empresa vendedora, que integra a cadeia de consumo e auferir lucros pela administração de pagamentos. Havendo “participação da ora recorrente a fim de que fosse concretizado o negócio entre as partes, não há como afastar sua responsabilidade no caso do inadimplemento do pactuado – que, , in casu materializou-se na não entrega do produto comprado e pago”. (TJMA – 3ª Câmara Cível, Apelação Cível nº 51825/2013 – Imperatriz, Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa – Disponibilizado em 24/02/2014) 3. A ampliação do polo passivo, com o chamamento ao processo da Agravante, beneficia o consumidor, que poderá escolher contra qual devedor, no caso de procedência do pedido, irá executar a sentença.

4. Recurso desprovido. Decisão mantida.

Em suas razões (e-STJ fls. 589/603), a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos seguintes dispositivos legais:

(i) art. 77, III, do CPC/2015, devido à vedação ao chamamento do processo em demanda de obrigação de entrega de coisa certa. Sustenta, para tanto, que, "no caso dos autos, a principal medida que se busca é a entrega d produtos que a NEON teria vendido aos consumidores, ou seja, obrigação de entrega de coisa. Os demais pedidos subsidiários, todos decorrentes da impossibilidade de cumprimento da obrigação principal perseguida. A obrigação

de entrega de coisa, como se sabe, é obrigação indivisível, como tal, não pode ser partilhada por supostos codevedores. No chamamento ao processo é necessário que o Chamamento (tenha relação material direta com o Autor (no presente caso, com os consumidores representados pelo *Parquet*), o que não se verifica. Logo, por se tratar de obrigação de entrega de coisa, da mesma forn que estabelecido para as ações de entrega de medicamentos, não se pode permitir o chamamento ao processo da Recorrente no caso em espeque, requerendo-se a aplicação da tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 686 ao presente" (e-STJ fl. 596),

(ii) arts. 7º e 25, § 1º, do CDC, "pois demonstrado que a Recorrente não é responsável solidária e não pode ser responsabilizada pelos danos causados pelo vendedor aos consumidores, como já reconhecido em casos análogos julgados por outros Tribunais de Justiça" (e-STJ fl. 600), e

(iii) arts. 88 e 101, II, do CDC, tendo em vista que, "muito embora defenda a Recorrente que inexistente relação jurídica entre ela e o consumidor adquirente do produto vendido pela NEON, ainda que existisse tal relação, o que se alega pelo princípio da eventualidade, ainda assim não seria o caso de se permitir o chamamento ao processo" (e-STJ fl. 601). Afirma, para tanto, que a "vedação da intervenção de terceiros é excepcionada apenas pelo artigo 101, inciso II do Código de Defesa do Consumidor cuja hipótese não se aplica ao caso, como se demonstrará. Com efeito, a única permissão do Código de Defesa do Consumidor tocante à intervenção de terceiros é pelo 'chamamento ao processo' da seguradora [...]. No caso dos autos, a Recorrente não é seguradora e a lide em nada relaciona a relações de seguro. Portanto, não poderia integrar a lide, pois não albergada pela permissiva legal do artigo 10 inciso II do Código de Defesa do Consumidor" (e-STJ fls. 601/602).

Busca que seja afastada a "responsabilização da Recorrente como devedora solidária, revogando a decisão que deferiu o chamamento ao processo e incluiu Recorrente como litisconsorte no presente feito" (e-STJ fl. 603).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 624/627).

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 639/641).

É o relatório.

Decido.

Da impossibilidade do chamamento ao processo

Quanto à alegação de não cabimento do chamamento ao processo em demanda de entrega de coisa e incidência do repetitivo tema n. 686, não houve pronunciamento do Tribunal *a quo* sobre essa questão, nem a Corte local foi instada a fazê-lo por via de embargos

declaratórios, circunstância que impede o conhecimento da insurgência por falta de prequestionamento. Assim, devem ser aplicadas ao caso as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Da responsabilidade solidária

O Tribunal de origem entendeu pela existência de responsabilidade solidária nos seguintes termos (e-STJ fls. 578/581):

Importante destacar, que a Empresa NEON Distribuidora de Produtos Eletrônicos Ltda., ao apresentar a contestação, destacou que a Recorrente é a responsável pelos danos ao consumidor, em razão do não repasse dos valores recebidos pela venda.

(...).

Repiso, a questão deduzida neste recurso é a possibilidade de chamar ao processo aquele que intermediou o pagamento do consumidor na aquisição do produto do fornecedor, ou seja, o “facilitador de pagamento”, a par da alegação do primeiro requerido (vendedor), na ação de base, de que não recebeu o pagamento devido, o que teria acarretado a não entrega do produto.

Sob esta ótica, em que pese a afirmação do Recorrente, no sentido de que não faz parte da relação de consumo, tenho que esta não se sustenta, uma vez que assumiu para si a intermediação do pagamento, participando efetivamente do ciclo de venda.

Dessa forma, aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo 7º, e § 1º do artigo 25 do Código Consumerista.

(...).

Assim, havendo mais de um integrante na cadeia de consumo, eis que a Agravante era responsável pelo recebimento dos valores das vendas realizadas pela 1ª Requerida, entendendo haver responsabilidade solidária entre eles, podendo a Ação Civil Pública ser proposta contra um, ou contra os dois, em face da solidariedade passiva.

Eventual conclusão desta Corte Superior em sentido contrário ao das instâncias ordinárias – de que foi demonstrada responsabilidade solidária – exigiria incursão no campo fático-probatório, providência vedada na via especial, conforme o enunciado n. 7 da Súmula do STJ. Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANO MORAL. VÍCIO NO PRODUTO E NO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE CONCESSIONÁRIA E FABRICANTE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou a prova dos autos para concluir pela responsabilidade solidária da fabricante e da concessionária, pois verificados vícios de fabricação e na prestação dos serviços ao cliente. Alterar tal conclusão é inviável em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1460288/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 30/9/2019, DJe 3/10/2019.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E EMPRESARIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. TRIBUNAL ESTADUAL RECONHECEU A SOLIDARIEDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

ESPECIAL.

1. Decisão agravada reconsiderada. Novo exame do agravo em recurso especial.
2. Rejeitam-se as apontadas violações dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação.
3. O Tribunal de Justiça, com arrimo no acervo fático-probatório carreado aos autos, assentou que o contrato de prestação de serviços de engenharia previa a responsabilidade solidária da ora agravante. A pretensão de alterar tal entendimento, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria revolvimento de matéria fático-probatória e reexame de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme preconizam as Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.
4. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.
(AgInt nos EDcl no AREsp 1346192/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/8/2019, DJe 9/9/2019.)

Da intervenção de terceiros no CDC

Alega a recorrente que o Código de Defesa do Consumidor trouxe as únicas hipóteses de intervenção de terceiro nos arts. 88 e 101, II, do CDC, não sendo permitido o chamamento ao processo fora destas previsões legais.

No entanto, a recorrente não rebateu o fundamento do Tribunal de origem, segundo o qual a única restrição de intervenção de terceiro trazida pelo CDC foi a denúncia da lide prevista no art. 88, que, inclusive, somente pode ser alegada pelo consumidor em seu próprio interesse.

Verifica-se, portanto, que a parte não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, trazendo alegações dissociadas do que ficou decidido no aresto. Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e 284 do STF.

Ademais, o Tribunal de origem não analisou o disposto no art. 101, II, do CDC, impedindo, portanto, o conhecimento da matéria nesta parte por falta do devido prequestionamento. Incide o teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator